

SUMÁRIO AMPLIADO

Livro **“Diferentes Formas de Dizer Não – Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral”**

Apresentação – Áreas livres de mineração: por que e para quê? | p. 09

Introdução | p. 19

Argentina: “La montaña sigue en pie gracias a su gente” | p.29

A viagem pela rota do “não à mineração” começa na Argentina. Primeiro, Gabriela Scotto, professora de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF), analisa mobilizações no país que aconteceram no início dos anos 2000, sendo emblemática a oposição a uma mineradora canadense na cidade de Cordón Esquel. Essa luta resultou na proibição, via lei, à mineração metálica em 2003 na província de Chubut, e gerou um efeito multiplicador com novas mobilizações e uma nacionalização do tema. Como marco, a criação da União de Assembleias Cidadãs (UAC), composta por 70 assembleias de base.

Argentina: Municípios livres de Fracking | p. 53

Já Diana Rodríguez López, pesquisadora e advogada no Observatório Petrolero Sul, aborda uma dinâmica social e política que tem ocorrido na Argentina desde o final de 2012. A mobilização, que não deixa de estar ligada a processos mais antigos de contestação, resultou na proibição da técnica do fraturamento hidráulico para extração de petróleo e gás em mais de 30 municípios. A primeira cidade a ser declarada livre de *fracking* da América Latina foi Cinco Saltos. Os argumentos apresentados para o banimento basearam-se no Princípio da Precaução em função da condição experimental da utilização da técnica, que, inclusive, é proibida em países como França e Bulgária.

Peru: agricultura x mineração | p.65

No Peru, a extração mineral corresponde a cerca de 30% das exportações. Maíra Sertã Mansur, da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, chama atenção para o fato de a expansão do setor vir acompanhada de processos de militarização no país. No estudo, ela retrata, em especial, a mobilização de Tambogrande. Nesse distrito, houve a realização, em 2003, do primeiro referendo de caráter comunitário relacionado à mineração em grande escala no mundo, o que impediu a instalação de um grande projeto na região. A abordagem traz uma questão essencial: a impossibilidade da convivência da mineração com a agricultura.

Costa Rica: o verdadeiro ouro do futuro | p.93

O caso de Costa Rica descreve a contestação social das minas de ouro a céu aberto. Bruno Milanez, pesquisador da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), destaca que tal processo se deveu, principalmente, ao acúmulo de acidentes e

eventos de contaminação, além de conflitos específicos, como o da mina de Bellavista, em 2007. Na ocasião, o processo de oposição da sociedade civil foi tão representativo que envolveu ambientalistas, feministas, camponeses, indígenas, religiosos e estudantes. Em 2010, foi aprovada uma lei que declarou a Costa Rica como um país livre da mineração a céu aberto.

EUA: Risco ambiental, movimento anti-mineral e oposição institucionalizada | p.115

Rodrigo Salles P. Santos, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisou a resistência em Wisconsin nos anos 1990. Ele relata o predomínio de corpos minerais sulfetados na formação geológica local, sendo que a exploração gera drenagem ácida de mina e impacta as reservas de água. Com isso, o risco ambiental esteve no centro da contestação ao projeto Candon. Nesse contexto, foi aprovada uma lei que, embora não impeça a atividade extrativa, exige das mineradoras a apresentação prévia de um único caso seguro de exploração de sulfetos nos EUA. Até hoje nenhuma empresa conseguiu cumprir a regra, e Wisconsin se tornou uma área livre de mineração.

Filipinas: 'catástrofe' ambiental, sociedade civil e coalizão anti-mineral | p.149

Também assinado por Rodrigo Salles P. Santos, o estudo observa a convivência de dois processos político-econômicos, nos anos de 1990, que vão resultar na nacionalização da resistência anti-mineral nos anos 2000. O primeiro aborda a democratização da sociedade filipina, marcada pela descentralização político-administrativa e pelo reconhecimento dos direitos indígenas. Já o segundo remete à liberalização, em 1995, do controle da mineração em larga escala por parte de transnacionais. A ruptura do reservatório da mina Marcopper, em 1996, fez da noção de desastre um elemento-chave da contestação social, resultando em formas institucionais de negação de consentimento e de moratórias à mineração.

Equador: deixar o petróleo no subsolo | p.191

No Equador, país dependente da indústria petrolífera, a pressão social levou ao reconhecimento dos direitos da natureza, do princípio do bem viver e da plurinacionalidade étnica como eixos constitucionais. Nesse contexto, Bruno Milanez estuda a Iniciativa Yasuni-ITT, que teve como lema “deixar o petróleo no subsolo” e como horizonte uma economia “pós-extrativista”. O argumento para manter represado o petróleo de uma enorme jazida centrou-se na defesa da Amazônia equatoriana, diante do incalculável impacto à biodiversidade e aos povos tradicionais que a exploração causaria. Proposta por movimentos sociais e assumida em 2007 pelo governo, que suspendeu a exploração de petróleo em uma grande área do Parque Nacional Yasuni, a iniciativa acabou sendo derrubada em 2013, quando foi novamente autorizada a exploração no local. Como resposta, a sociedade iniciou uma nova etapa de resistência.

Sobre os autores | p.219